

Foto: Alex Fernandes França



MEIO AMBIENTE

Árvores urbanas contribuem para o equilíbrio ambiental, o conforto térmico e a melhoria da qualidade de vida na cidade

Audiência Pública vai debater o Plano Municipal de Arborização Urbana

Encontro aberto à comunidade vai apresentar diretrizes do plano e ouvir sugestões da população

Nova Esperança realiza, na próxima semana, uma Audiência Pública aberta à população para debater o

Plano Municipal de Arborização Urbana. O encontro vai apresentar ações de planejamento, manejo e manutenção

das árvores e abrir espaço para sugestões da comunidade, reforçando o compromisso com o desenvolvimento

sustentável e a qualidade de vida no município.

Página 3



Ratinho Junior atinge novo recorde de aprovação com 85,5%, aponta Paraná Pesquisas

PÁG. 2

Investimento de R\$ 8,8 milhões do Estado viabiliza centro de ciência da Unespar no Noroeste

PÁG. 11

Homem é preso em Cruzeiro do Sul por não pagamento de pensão alimentícia

PÁG. 11

NoroCast recebe equipe da Secretaria de Comunicação e Transparência de Santa Fé

Episódio vai ao ar nesta terça-feira, às 19 horas, com debate sobre comunicação pública, transparência e acesso à informação

Foto: Kaio Kauffman



Equipe da Secretaria de Comunicação e Transparência de Santa Fé — Durval Simardi Neto, Janaína Silva e Maria Heloisa de Oliveira — durante gravação do NoroCast, no estúdio do Jornal Noroeste em Nova Esperança

Vai ao ar nesta terça-feira, às 19 horas, mais um episódio do NoroCast – o podcast do Jornal Noroeste, que nesta edição promove uma conversa especial com a equipe da Secretaria de Comunicação e Transparência do Município de Santa Fé.

Participam do bate-papo

Durval Simardi Neto, secretário de Comunicação e Transparência; Janaína Silva, diretora de Imprensa, Publicidade e Comunicação Digital; e Maria Heloisa de Oliveira, assessora de Comunicação.

Página 12

ESPAÇO JURÍDICO MINUTO FAMÍLIA

O tempo de deslocamento até o trabalho conta como jornada?

PÁG. 2

CAFÉ COM DIREITO PENAL

Quando se paga por um crime não cometido: a estigmatização dos familiares de pessoas privadas de liberdade

PÁG. 2

Cine Cultura exhibe a animação “Elio” na próxima sexta-feira (30)

Divulgação/Disney



PÁG. 3

SÉTIMA ARTE

Hamnet: A Vida Antes de Hamlet

PÁG. 12

Acompanhe:

NOROCAST

O podcast do Jornal Noroeste

Terça às 19h no canal:
[@jornalnoroeste3178](#)



Confira também:

[@jornalnoroestene](#)

Jornal Noroeste



Apoio:

CRESOL

Oferecimento:



[@lojarecantopetne](#)

(44) 99763-5489



Café com Direito Penal

Luiza Gabriella Berti
Advogada (OAB/PR 102.908), Especialista em Direito Processual Penal, Mestre em Ciências Jurídicas e Aluna especial nível Doutorado PPGSER/UEL
Instagram: @luizaberti

Quando se paga por um crime não cometido: a estigmatização dos familiares de pessoas privadas de liberdade

Hoje, muito mais do que falar sobre os principais destinatários do Direito Penal, tenho a intenção de discorrer a respeito daqueles que, mesmo sem terem cometido crime algum, acabam pagando junto dos que foram condenados a uma pena privativa de liberdade: os familiares dos sentenciados.

Muitos de nós vivem em uma bolha e distantes da realidade do sistema prisional e, quando dão de cara com este “mundo”, principalmente por conta das profissões, se estarrecem, ou, no mínimo, se incomodam com o que observam.

Estigmatizados, infelizmente muitos são tratados com despreito mesmo por aqueles que trabalham no sistema e possuem o dever de prestar um trabalho com profissionalismo e sem deixar

que suas crenças pessoais interfiram naquilo que executam. Com presunções de má-fé e violação ao preceito constitucional de que a pena não pode passar da pessoa do condenado, também nomeado de “princípio da intranscendência”.

Extramuros isto também é observado. Familiares perdendo emprego com decretação de sentença de culpa pelos empregadores; perseguições sofridas no ambiente de trabalho; amigos e colegas que se afastam; olhares e julgamentos por parte de pessoas; em casos graves, até passam por processos de calúnias, difamações e injúrias.

Não é raro ver pessoas que têm dificuldade tremenda de posuir o básico em suas residências, mas, que, frequentemente, lutam dia após dia para tentar garantir dignidade ao ente querido que está privado de liberdade.

As relações humanas são muito mais complexas do que imaginamos e nem sempre é fácil “deixar” alguém que se ama a vida toda à mercê da sorte ou do Estado, mesmo que tenha concorrido diretamente para aquela situação de privação de liberdade.

Percebo que, atualmente, há “popularização” da exposição das esposas, companheiras e demais familiares nas redes sociais. Algumas levam esta opção até como forma de crescimento profissional (ligadas ao empreendedorismo), ou, simplesmente, auxiliam outros que estão nessa mesma situação e mostram que há muitas pessoas nesse “barco”. Enquanto isto, há os que jorram palavras de ódio que beiram à violência moral e psicológica.

Nunca esqueci disto: certa vez uma senhora me disse que ela se sentia presa junto de seu familiar, pois não conseguia parar de

pensar em como ele estava, se alimentava-se bem; como estava de saúde e como estariam as coisas caso aquela pessoa ainda estivesse em convívio pleno do núcleo familiar.

Certamente são momentos que passam (assim como qualquer outro na vida), mas, sem dúvidas, deixam marcas profundas.

Como qualquer pessoa adulta com plena consciência de seus atos e que detém o livre arbítrio, caso um crime tenha sido cometido, após o processo legal, uma pena deverá ser cumprida! Não há defesa do abolicionismo penal por esta colunista.

Contudo, lhes faço um convite: começarmos a tirar todo o peso da pessoa condenada e pensar, mesmo que seja por pouco tempo, o porquê das políticas criminais transformarem determinada conduta em crime e, por quais motivos, via de regra, essas práticas atingem pessoas em nível de vulnerabilidade social. Ou, com determinado tom de pele. E, inevitavelmente, seus familiares.

Ressalto o papel de importância do serviço social no sistema prisional, em especial, para assegurar os direitos humanos daqueles que têm sua liberdade privada (bem como, de seus familiares).

E, por fim, que nós, enquanto sociedade, dentre tantos aspectos, também temos falhado em agir com humanidade.

Luiza Gabriella Berti é advogada (OAB/PR 102.908), Especialista em Direito Processual Penal, Mestre em Ciências Jurídicas e Aluna especial nível Doutorado PPGSER/UEL.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Espaço Jurídico minuto família

Dr.ª. Luana Vasconcelos Herradon
Advogada - OAB/PR 88.997
Email: luana_herradon@hotmail.com

O tempo de deslocamento até o trabalho conta como jornada?

Entenda o que são as horas in itinere.

Uma dúvida bastante comum entre trabalhadores é se o tempo gasto diariamente para ir e voltar do trabalho pode ser considerado como parte da jornada de serviço. A pergunta surge, principalmente, quando o deslocamento é longo, cansativo ou realizado em condições especiais. Esse tempo é conhecido juridicamente como horas in itinere, expressão que ainda gera

muita confusão mesmo após mudanças recentes na legislação trabalhista.

De forma geral, a regra atual é que o tempo de deslocamento entre a residência do trabalhador e o local de trabalho não é considerado tempo à disposição do empregador. Ou seja, o simples fato de o trabalhador levar uma ou duas horas para chegar ao serviço, por si só, não gera direito ao pagamento desse período como hora trabalhada. No entanto, essa regra não é absoluta, e é justamente aí que surgem as principais controvérsias.

Antes da Reforma Trabalhista, as horas in itinere eram reconhecidas quando o local de trabalho era de difícil acesso ou não servido por transporte público regular, especialmente quando o empregador fornecia condução própria. Com a mudança na lei, esse direito foi restringido, mas não totalmente eliminado. Ainda existem situações em que o tempo de deslocamento pode ser discutido judicialmente, dependendo das circunstâncias concretas da prestação de serviço.

Um exemplo comum ocorre quando o trabalhador é obrigado a utilizar transporte fornecido pela empresa por inexistência

de outra alternativa viável, ou quando o deslocamento envolve exigências específicas do empregador, como rotas determinadas, horários controlados ou reuniões antes do início formal da jornada. Nesses casos, pode haver o entendimento de que o empregado já se encontra à disposição da empresa, mesmo antes de registrar o ponto.

Na prática, muitos trabalhadores deixam de questionar essas situações por acreditarem que a lei não oferece mais qualquer proteção relacionada ao deslocamento. Esse entendimento equivocado acaba beneficiando condutas abusivas e impedindo a correta análise de casos que ainda podem gerar direitos. Por isso, sempre que o deslocamento ultrapassar o que seria razoável, envolver imposição do empregador ou gerar impacto direto na rotina e na saúde do trabalhador, a análise jurídica se torna essencial.

Dra. Luana Vasconcelos Herradon - é Advogada, OAB/PR 88.997

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

Ratinho Junior atinge novo recorde de aprovação com 85,5%, aponta Paraná Pesquisas

O governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), renovou o recorde de aprovação e alcançou 85,5% entre os eleitores paranaenses em janeiro de 2026. É o que aponta o mais recente levantamento do instituto Paraná Pesquisas, divulgado nesta sexta-feira (23).

Os dados da mais recente pesquisa superam a melhor marca que havia sido obtida por Ratinho Junior, de 85%, no levantamento da Paraná Pesquisa de agosto do ano passado.

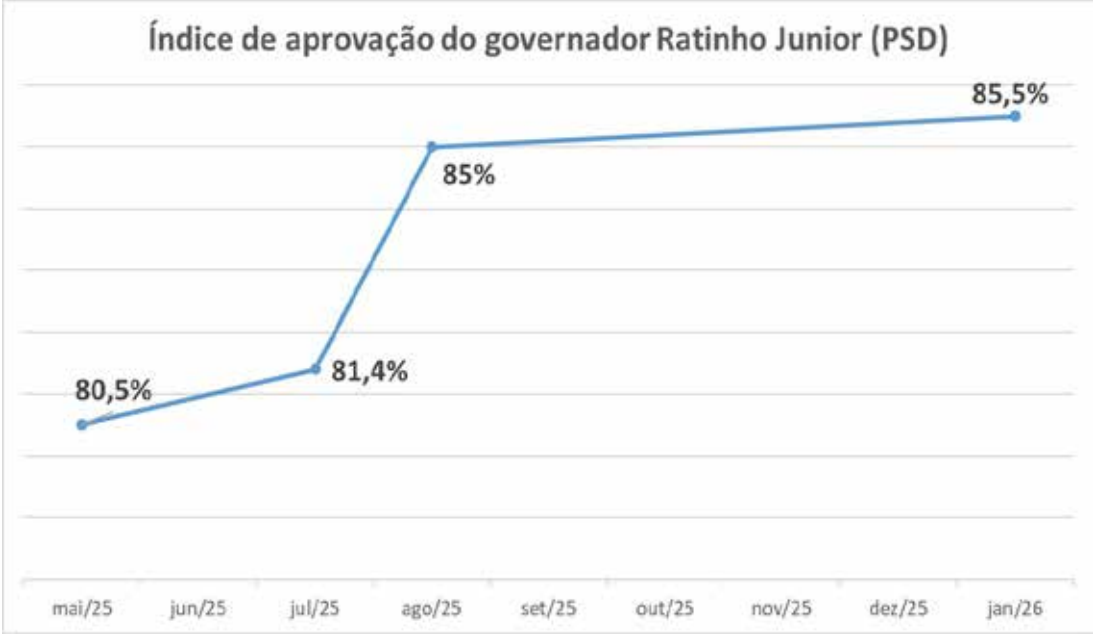
Ao longo do último ano, o governador vem gradativamente melhorando a avaliação da sua gestão. Em maio de 2025, a proporção dos que diziam considerar o seu governo positivo era de 80,5%, subindo para 81,4% em julho do mesmo, 85% em agosto, até atingir os atuais 85,5%.

Ratinho Junior obteve praticamente os mesmos índices de aprovação entre homens (85,5%) e mulheres (85,4%), com destaque para a parcela da população que tem de 35 a 44 anos (88,2%) e de 25 a 34 anos (86,2%), assim como entre aqueles com ensino médio completo (88,2%).

No detalhamento da avaliação, 74,8% dos entrevista-



Fotos: Divulgação



dos responderam que o desempenho de Ratinho Junior à frente do Paraná é ótimo ou bom, enquanto 15,8% o consideraram regular. No sentido oposto, apenas 7,3% disseram que a situação é ruim ou péssima.

Sobre a pesquisa

A Paraná Pesquisas entre-

vistou 1.300 eleitores em 54 cidades do Paraná de 18 a 22 de janeiro de 2026. A margem de erro é de 2,8 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número PR-08451/2026.

ANUNCIE
Aqui
Produtos, Serviços,
Negócios

JORNAL NOROESTE
www.jornalnoroeste.com
jornal bissetimanal (Terça-feira e Sexta-feira)

MEIO AMBIENTE

Plano Municipal de Arborização Urbana será tema de Audiência Pública em Nova Esperança

Evento aberto à população, na próxima semana, irá detalhar ações previstas e abrir espaço para contribuições da comunidade sobre o futuro da arborização urbana.

Alex Fernandes França
alexnoroeste@hotmail.com

A Prefeitura de Nova Esperança realiza na próxima semana, na quinta-feira, dia 05 de fevereiro, às 14 horas, uma Audiência Pública para tratar do Plano Municipal de Arborização Urbana. O encontro acontecerá na Casa da Cultura Professora Lourdina dos Santos e é aberto a toda a população.

De acordo com a administração municipal, a audiência tem como principal objetivo apresentar e explicar as ações previstas para o plantio, o cuidado e a manutenção das árvores no município, além de esclarecer como o plano contribui para o desenvolvimento urbano sustentável.

A iniciativa busca envolver diretamente a comunidade no debate, oferecendo um espaço para que os moradores possam tirar dúvidas, apresentar sugestões e contribuir com ideias que ajudem a melhorar a arborização urbana. O tema está diretamente ligado à qua-



Foto: Alex Fernandes França

Ações de arborização urbana integram o Plano Municipal que será discutido em Audiência Pública aberta à população

lidade de vida, ao conforto térmico, à organização dos espaços públicos e à valorização ambiental da cidade.

A Prefeitura destaca que a participação popular é fun-

damental para a construção de políticas públicas mais eficientes e alinhadas às necessidades da população. Todos estão convidados a participar e colaborar com esse impor-

tante momento de diálogo sobre o futuro ambiental de Nova Esperança.

As informações são da Prefeitura Municipal de Nova Esperança.

Cine Cultura exhibe a animação “Elio” na próxima sexta-feira (30)

Sessão gratuita na Casa da Cultura promete atrair crianças e adultos com uma narrativa marcada por aventura, emoção e imaginação.

Divulgação/Disney



O Cine Cultura convida o público para viver uma noite especial de cinema, imaginação e entretenimento com a exibição, na próxima sexta-feira (30) do filme Elio

Alex Fernandes França
alexnoroeste@hotmail.com

A Prefeitura de Nova Esperança, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, convida toda a população para mais uma sessão do Cine Cultura, que será realizada no próximo dia 30 (sexta-feira), às 19h, na Casa da Cultura Professora Lourdina dos Santos Leite.

Nesta edição, o públi-

co poderá conferir o filme “Elio”, uma animação da Disney e Pixar que promete encantar crianças e adultos. A produção apresenta uma história divertida e emocionante, repleta de imaginação, acompanhando Elio, um garoto criativo que, de forma inesperada, acaba sendo confundido com o representante oficial da Terra em uma aventura intergaláctica cheia de descobertas e desafios.

A iniciativa do Cine Cultura tem como objetivo democratizar o acesso à cultura, proporcionar momentos de lazer e entretenimento e fortalecer o vínculo da comunidade com os espaços culturais do município. As sessões são pensadas para toda a família, valorizando o convívio social e o contato com produções cinematográficas de qualidade.

A entrada é gratuita e

aberta ao público. A Secretaria de Cultura e Turismo reforça o convite para que a população participe, convide amigos e familiares e aproveite mais uma noite especial de cinema e cultura em Nova Esperança.

Serviço:

Local: Casa da Cultura Professora Lourdina dos Santos Leite

Data: Sexta-feira (30)

Horário: 19h

ideia de morte; Democracia tem origem na tradicional noção de demos. A morte da democracia. Morte que acontece do interior da estrutura democrática para seu exterior. Um dos fatos presentes nessa morte é o esquecimento da política verdadeira. Como assim? Citando a filósofa Hannah Arendt1: “Os homens participam da esfera pública, agindo e debatendo em conjunto. De forma direta e criando a liberdade da ação política” significa dizer, que não há uma ação política direta e voluntária por parte dos cidadãos. Limitam-se assim, a votar e deixar todas as decisões, nas mãos dos representantes eleitos. Poderes delegados pelo povo aos políticos, que não retornam aos eleitores e por muitas vezes, por ausência ou omissão dos cidadãos corrompem a estrutura com um alto índice de corrupção e proveito próprio.

Necrodemocracia que cada vez menos não respeita os direitos das minorias, da pluralidade e da diversidade. Muito ao contrário, grupos que detêm um peso político respeitável, manipulam e regulam práticas de discriminação e racismo, com a anuência de



Entre Linhas

Jacilene Cruz
E-mail: jaciscapin@gmail.com
Professora Jacilene Cruz une as linhas de costura às dos cadernos e traz crônicas e poemas que ultrapassam regiões.



Foto: Arquivo pessoal

Amanhecer – Jacilene Cruz

Os poros avermelhados do corpo
irradiam cores liláceas
no alvorecer

Os poros serenos do corpo
lançam vermelhos noturnos
enrubescem as meninas
que desfilam suas saias ao vento

Os poros vermelhos do corpo
esvoaçam desavergonhadamente
os cabelos da morena
e a nuca nua desfila

Tonta e esguia
desvio o olhar
desavergonhado
do desejo que me faz pó

Professora **Jacilene Cruz** une as linhas de costura às dos cadernos e traz crônicas e poemas que ultrapassam regiões.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

CONTRIBUA COM O JORNALISMO LOCAL



PIX - QR CODE

Rogério Luís da Rocha Seixas é Biólogo e Filósofo
Docente em Filosofia, Direitos Humanos e Racismo
Pesquisador do Grupo Bildung/IPPR
e-mail: rogeriosrjb@gmail.com

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



Expondo Ideias

Rogério Luís da Rocha Seixas
Biólogo e Filósofo

Tempos de Necrodemocracia

Caríssimos e Caríssimas leitores(as). Penso que o tema para mais esta nova reflexão, se apresenta atualíssimo: a necrodemocracia. Mas o que significa este termo? O termo necro vem da



Edição impressa produzida pelo Jornal Noroeste com circulação bissemanal.

As versões digitais e as integrais dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://jornalnoroeste.com/post/publicidade-legal>

Acesse também através doQR CODE ao lado

PUBLICIDADE LEGAL

ATAS, AVISOS, BALANÇOS, EDITAIS, LEIÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE ORDEM LEGAL

Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte.

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2.025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO									
RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b”) do inciso II e § 1º)									
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)			
			no Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		% (c/a)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85		
RECEITAS CORRENTES	125.090.155,55	150.535.089,43	27.008.446,74	17,97	143.545.338,48	95,48	6.789.750,95		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	28.828.871,00	32.579.871,00	3.902.017,59	11,98	28.268.896,00	98,83	2.290.980,40		
Impostos	22.636.427,00	25.945.427,00	3.375.475,47	13,01	23.797.849,22	91,72	2.147.577,78		
Taxas	4.273.478,00	4.723.478,00	527.442,42	11,17	4.491.041,38	95,98	232.436,62		
Contribuição de Melhoria	1.910.966,00	1.910.966,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.910.966,00		
CONTRIBUIÇÕES	3.607.248,00	5.240.248,00	735.140,18	14,03	5.090.255,65	97,14	149.992,35		
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.607.248,00	5.240.248,00	735.140,18	14,03	5.090.255,65	97,14	149.992,35		
RECEITA PATRIMONIAL	756.039,00	1.378.728,78	666.942,33	48,37	3.233.171,10	234,50	-1.854.442,32		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	220.000,00	332.000,00	46.430,61	13,99	293.292,86	88,34	38.707,14		
Valores Mobiliários	536.039,00	1.046.728,78	620.511,72	59,28	2.939.878,24	280,86	-1.893.149,46		
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demaís Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	53.601,00	53.601,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.601,00		
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITA DE SERVIÇOS	231.647,00	231.647,00	46.746,94	20,18	243.481,94	105,11	-11.834,94		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	79.617,00	79.617,00	0,00	0,00	4.311,30	5,42	75.305,70		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	94.810,00	94.810,00	4.858,49	5,12	12.834,51	13,54	81.975,49		
Serviços e Atividades referentes à Saúde	57.220,00	57.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.220,00		
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Serviços	0,00	0,00	41.888,45	0,00	226.336,13	0,00	-226.336,13		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	91.332.967,55	109.630.211,65	21.491.274,10	19,60	105.722.739,94	96,44	3.907.471,71		
Transferências da União e de suas Entidades	57.139.363,31	57.139.363,31	13.045.599,51	22,83	56.229.415,82	98,41	999.947,49		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.365.445,90	30.803.659,86	4.876.803,22	15,83	28.876.736,86	93,74	1.926.923,00		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas	20.500.000,00	21.687.188,48	3.568.520,37	16,45	20.616.587,26	95,96	1.070.601,22		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demaís Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.779,00	1.220.779,00	165.425,30	13,55	966.799,25	79,20	253.979,75		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	279.646,00	535.646,00	65.990,90	12,32	331.655,02	71,62	151.990,98		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	107.000,00	2.443,15	2,28	60.229,71	56,29	46.770,29		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demaís Receitas Correntes	8.133,00	578.133,00	96.991,25	16,78	522.914,52	90,45	-55.218,48		
RECEITAS DE CAPITAL	101.850,00	101.850.385,48	7.163.352,38	70,36	14.242.979,58	139,91	-4.082.596,10		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIEIENACÃO DE BENS	101.850,00	103.540,00	2.418,18	2,34	89.110,31	86,96	14.429,69		
Alienação de Bens Móveis	33.600,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00		
Alienação de Bens Imóveis	68.250,00	69.940,00	2.418,18	3,46	89.110,31	127,41	-19.170,31		
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	10.076.843,48	7.160.951,20	71,06	13.968.310,99	158,62	-3.891.467,51		
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	2.640.078,00	2.184.000,00	82,72	5.579.722,13	211,35	-2.939.644,13		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	7.436.765,48	4.976.951,20	66,92	8.388.588,86	112,80	-951.823,38		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demaís Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demaís Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) – (I + II)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS (V) – (III + IV)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85		
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) – (V + VI)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-		

Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	53.601,00	53.601,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.601,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	231.647,00	231.647,00	46.746,94	20,18	243.481,94	105,11	-11.834,94			
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	79.617,00	79.617,00	0,00	0,00	4.311,30	5,42	75.305,70			
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	94.810,00	94.810,00	4.858,49	5,12	12.834,51	13,54	81.975,49			
Serviços e Atividades referentes à Saúde	57.220,00	57.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	57.220,00			
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Outros Serviços	0,00	0,00	41.888,45	0,00	226.336,13	0,00	-226.336,13			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	91.332.967,55	109.630.211,65	21.491.274,10	19,60	105.722.739,94	96,44	3.907.471,71			
Transferências da União e de suas Entidades	45.467.522,55	57.139.363,31	13.045.950,51	22,83	56.229.415,82	98,41	909.947,49			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.365.445,00	30.803.659,86	4.876.803,22	15,83	28.876.736,86	93,74	1.926.923,00			
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instituições Públicas	20.500.000,00	21.687.188,48	3.568.520,37	16,45	20.616.867,26	95,06	1.070.601,22			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demaís Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	287.779,00	1.220.779,00	165.425,30	13,55	966.799,25	79,20	253.979,75			
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	279.646,00	535.646,00	65.990,90	12,32	383.655,02	71,62	151.990,98			
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	107.000,00	2.443,15	2,28	60.229,71	56,29	46.770,29			
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demaís Receitas Correntes	8.133,00	578.133,00	96.991,25	16,78	522.914,52	90,45	55.218,48			
RECEITAS DE CAPITAL	101.850,00	1.018.038,48	7.163.352,38	70,36	14.242.979,58	139,91	-4.062.596,10			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	185.558,28	0,00	-185.558,28			
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	185.558,28	0,00	-185.558,28			
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	101.850,00	103.540,00	2.418,18	2,34	89.110,31	86,06	14.429,69			
Alienação de Bens Móveis	33.600,00	33.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.600,00			
Alienação de Bens Imóveis	68.250,00	69.940,00	2.418,18	3,46	89.110,31	127,41	-19.170,31			
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	10.076.843,48	7.160.934,20	71,06	13.968.310,99	138,62	-3.891.467,51			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	2.640.078,00	2.184.000,00	82,72	5.579.722,13	211,35	-2.939.644,13			
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	7.436.765,48	4.976.934,20	66,92	8.388.588,86	112,80	-951.823,38			
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demaís Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Demaís Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) - (I + II)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL DAS RECEITAS (V) - (III + IV)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85			
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-			
TOTAL COM DÉFICIT (VII) - (V + VI)	125.192.005,55	160.515.472,91	34.171.799,12	21,29	157.788.318,06	98,30	2.727.154,85			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	10.758.161,76	-	-	10.758.161,76	-	-			
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	-	-	0,00	-	-			
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	10.758.161,76	-	-	10.758.161,76	-	-			



www.jornalnoroeste.com

Terça-feira, 27 de Janeiro de 2026

Estado Fundamental	1.876.650,00	1.915.150,00	426.530,54	1.849.792,82	1,23	65.357,11	426.530,54	1.849.792,82	1,23	65.357,11	0,00
Educação Infantil	1.568.799,69	1.751.799,69	392.103,67	1.702.949,13	1,14	48.850,56	392.103,67	1.702.949,13	1,17	48.850,56	0,00
CULTURA	65.000,00	65.000,00	0,00	42.485,69	0,00	22.514,31	0,00	42.485,69	0,00	22.514,31	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	65.000,00	65.000,00	0,00	42.485,69	0,00	22.514,31	0,00	42.485,69	0,00	22.514,31	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Indústria, Comércio e Serviços	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
URBANISMO	164.000,00	185.000,00	41.451,15	180.208,78	0,12	4.791,22	41.451,15	180.208,78	0,12	4.791,22	0,00
Infra-estrutura Urbana	126.000,00	146.000,00	33.432,47	145.910,39	0,10	89,61	33.432,47	145.910,39	0,10	89,61	0,00

RR00 – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											
Serviços Urbanos	38.000,00	39.000,00	8.018,68	34.298,39	0,02	4.701,61	8.018,68	34.298,39	0,02	4.701,61	0,00
GRUPO AMBIENTAL	307.000,00	292.000,00	67.068,94	282.952,14	0,19	9.047,89	67.068,94	282.952,14	0,20	9.047,89	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	307.000,00	292.000,00	67.068,94	282.952,14	0,19	9.047,89	67.068,94	282.952,14	0,20	9.047,89	0,00
AGRICULTURA	50.750,00	63.750,00	13.343,58	63.406,80	0,04	343,20	13.343,58	63.406,80	0,04	343,20	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	50.750,00	63.750,00	13.343,58	63.406,80	0,04	343,20	13.343,58	63.406,80	0,04	343,20	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	26.250,00	12.300,76	35.318,62	1.931,38	0,02	1.931,38	12.300,76	35.318,62	0,02	1.931,38	0,00
Promoção Comercial	26.250,00	32.250,00	8.358,59	31.368,45	0,02	881,55	8.358,59	31.368,45	0,02	881,55	0,00
Turismo	0,00	5.000,00	3.950,17	0,00	0,00	1.049,83	3.950,17	0,00	0,00	1.049,83	0,00
TRANSPORTE	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00
Transporte Rodoviário	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	5.250,00	0,00
DESPORTO E LAZER	78.000,00	83.000,00	16.858,05	75.161,68	0,05	7.838,32	16.858,05	75.161,68	0,05	7.838,32	0,00
Desporto de Residência	65.000,00	59.000,00	10.849,20	51.550,35	0,03	7.449,65	10.849,20	51.550,35	0,04	7.449,65	0,00
Lazer	13.000,00	24.000,00	6.008,85	23.611,33	0,02	388,67	6.008,85	23.611,33	0,02	388,67	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	120.818.085,55	166.899.634,67	27.992.077,91	149.916.897,53	100,00	16.982.737,11	30.291.443,35	145.065.988,04	100,00	21.833.646,61	4.850.999,44

Fonte: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, emitido em 22/01/2026 às 16h e 17m.

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA	
PODER EXECUTIVO	
ESTADO DO PARANÁ	
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	
12/02/25 A 12/02/25	

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														83.138,00
ESPECIFICAÇÃO	1/2025	2/2025	3/2025	4/2025	5/2025	6/2025	7/2025	8/2025	9/2025	10/2025	11/2025	12/2025	Total Últ. 12 meses	Previsão Exerc. Atual
RECEITAS CORRENTES (I)	13.522.779,94	12.567.260,66	11.170.541,22	12.486.315,32	10.966.990,63	14.727.701,81	13.605.766,58	11.331.240,00	12.853.065,27	11.170.486,19	11.171.650,01	10.530.266,83	150.982.669,64	160.821.506,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.428.663,29	1.516.196,67	1.789.307,38	2.362.973,17	5.832.903,90	1.963.259,09	2.358.186,11	2.220.815,33	2.721.527,85	2.206.703,10	1.803.675,40	2.206.242,40	28.288.809,80	32.879.871,81
IPRU	147.282,72	112.209,20	151.217,45	688.733,95	4.188.960,30	538.150,39	630.495,58	802.738,00	1.106.701,19	493.833,19	302.649,40	337.003,65	9.422.037,00	10.563.764,00
ISS	426.294,37	366.218,36	380.186,02	363.675,83	461.150,74	413.900,93	404.307,13	517.357,05	464.385,30	742.623,65	531.966,23	572.107,42	5.547.422,00	5.547.422,00
ITBI	144.763,79	221.722,96	200.150,09	110.128,98	182.962,09	125.002,18	195.366,07	37.462,79	243.427,14	186.535,11	192.248,05	144.994,98	2.534.062,00	2.699.284,00
IRRF	462.233,17	449.907,22	492.078,83	497.590,27	530.098,34	475.534,36	490.622,51	475.475,67	494.642,98	488.692,22	499.068,69	503.128,04	4.286.752,00	7.133.050,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	262.800,49	340.996,24	335.252,28	599.694,62	561.734,23	393.851,24	347.464,82	326.361,24	330.338,26	292.807,53	266.943,23	266.491,19	4.491.041,38	6.434.448,00
Contribuições	539.580,47	490.462,53	414.621,63	513.506,83	596.660,03	408.058,14	592.274,65	385.361,26	558.368,08	348.004,07	307.522,24	307.617,94	5.090.255,65	5.240.284,00
Receitas Patrimoniais	209.115,00	229.386,83	207.648,08	213.198,68	230.031,31	207.545,97	398.642,33	290.487,62	301.364,71	224.789,54	432.125,99	5.233.171,10	1.578.728,78	1.578.728,78
Resendimentos de Aplicação Financeira	185.506,06	203.673,43	188.759,37	196.909,37	230.031,31	236.645,19	229.787,09	262.055,67	271.047,71	268.747,62	217.881,04	402.625,66	2.939.878,24	1.646.728,78
Outras Receitas Patrimoniais	23.568,23	25.893,10	18.298,31	18.298,31	0,00	31.904,36	28.273,22	28.110,00	18.298,31	31.657,00	16.936,90	26.522,21	293.292,86	332.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.144,96	14.750,60	22.451,86	17.834,80	22.583,42	23.808,21	26.201,18	22.375,62	16.106,73	28.556,32	34.603,19	22.663,75	241.481,94	231.647,00
Transferências Correntes	11.354.311,43	10.507.000,00	9.687.155,81	8.402.624,63	9.317.862,04	11.968.867,72	10.284.291,23	8.102.280,87	8.942.752,38	8.196.862,77	8.796.163,56	15.488.750,25	121.186.271,14	120.156.658,05
Cota-Parte do FPM	3.668.858,01	4.923.155,80	3.242.124,38	3.294.551,61	4.262.667,39	4.336.971,13	4.537.858,69	3.496.117,33	4.438.710,23	2.975.545,72	4.064.777,51	6.513.399,60	49.601.982,74	30.461.868,67
Cota-Parte do ICMS	2.215.158,39	1.812.550,50	1.899.161,71	2.540.750,65	1.963.458,03	2.514.767,03	2.182.711,69	2.302.763,43	2.086.334,90	1.844.098,74	2.468.812,55	2.834.282,48	25.476.500,00	25.476.500,00
Cota-Parte do IPVA	2.382.124,42	906.596,12	825.601,60	788.992,23	810.688,64	302.663,97	285.447,49	229.484,64	133.550,81	228.114,23	143.038,76	173.426,78	5.146.513,80	6.840.000,00
Cota-Parte do ITR	11.279,40	2.496,76	3.817,00	760,00	1.890,00	2.463,33	1.848,31	5.417,26	45.434,67	275.739,43	53.045,75	31.021,48	420.000,00	38.573,00
Transferências LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências LC 87/1999	23.979,35	28.592,66	31.043,31	28.141,17	28.345,16	30.542,30	27.657,55	33.586,25	37.195,05	365.968,87	37.195,05	365.968,87	320.000,00	320.000,00
Transferências do FUNDEB	2.206.479,43	1.814.942,72	1.646.619,47	1.828.431,47	1.591.019,40	1.601.561,30	1.606.385,73	1.739.105,27	1.730.069,60	2.020.211,40	2.046.399,28	21.864.668,48	14.942.429,30	14.942.429,30
Outras Transferências Correntes	919.133,46	878.427,81	966.358,34	1.250.243,70	1.017.382,99	3.670.534,86	1.508.451,44	976.240,72	855.375,29	834.524,46	4.168.366,60	17.846.174,94	19.842.929,30	19.842.929,30
Outras Receitas Correntes	34.697,32	28.542,81	80.275,76	33.862,11	46.873,23	42.647,48	76.713,22	299.825,12	60.874,12	1.608,16	968.813,4	966.729,12	1.220.779,00	1.220.779,00
RECEITA (II)	1.645.519,43	1.342.273,13	1.221.456,77	1.260.251,73	1.337.048,10	1.678.642,32	1.337.048,10	1.076.624,36	1.129.123,63	1.434.336,37	1.517.437,20	10.486.417,00	10.486.417,00	10.486.417,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividade Técnica, Científica e Artística - IN SC/2011 TECP/PR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restornos de Aplicações de Recursos Previdenciários	1.645.519,43	1.342.273,13	1.221.456,77	1.260.251,73	1.337.048,10	1.678.642,32	1.337.048,10	1.076.624,36	1.129.123,63	1.434.336,37	1.517.437,20	10.486.417,00	10.486.417,00	10.486.417,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	11.907.060,51	11.225.067,93	9.949.084,45	11.225.067,93	9.629.086,73	13.059.039,71	12.251.568,32	10.254.611,69	12.132.542,42	10.735.748,89	9.654.032,06	10.263.846,80	140.500.000,00	147.538.080,00
1 - Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) - LC 132/2011 (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (III - I)	11.907.060,51	11.225.067,93	9.949.084,45	11.225.067,93	9.629.086,73	13.059.039,71	12.251.568,32	10.254.611,69	12.132.542,42	10.735.748,89	9.654.032,06	10.263.846,80	140.500.000,00	147.538.080,00

RR00 – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)											RS 1,00
(-) Transfêrencias obrigatórias da União destinadas às emendas de bancada (art. 196, § 1º, do CT/VE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Contribuição para o custeio das atividades de alguns congressos internacionais (art. 196, § 1º, do CT/VE)	167.865,30	167.994,31	167.870,74	164.835,15	161.796,71	161.613,72	161.726,23	161.925,67	161.870,71	162.144,00	166.198,94
(-) Contribuição para o custeio das atividades de alguns congressos internacionais (art. 196, § 1º, do CT/VE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Outras Despesas Contábeis em Legião (VE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (RS = (VI - VII - VIII))	11.719.393,63	10.877.969,82	8.781.211,71	11.656.228,86	14.554.519,65	18.929.809,39	12.689.635,99	18.863.366,64	11.607.731,49	9.838.574,68	8.786.337,34
											14.584.911,43
											136.864.477,49
											147.533.869,43

RESULTADO PRIMARIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	14.819.385,88
RESULTADO PRIMARIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIC)]	14.819.385,88
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
JUROS NOMINAIS	Até o Semestre / 2025
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.933.694,31
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	4.142.689,44
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	13.610.390,75
ABAXO DA LINHA	
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO
	Em 31/Dez/2024 (a)
	Até o Semestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	27.738.251,70
DEDUÇÕES (XL)	21.501.354,70
Disponibilidade de Caixa	21.501.354,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.501.354,70
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	29.047.765,11
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	297.240,60
Demais Haveres Financeiros	189.646,67
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	6.236.897,00
10.686.360,34	-4.449.463,34
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00
AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Semestre / 2025
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)	629.802,43
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XLIX)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	11.316.162,77
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	12.525.157,90
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.758.161,76
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	10.758.161,76
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00
FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, emitido em 22/jan/2026 às 15h e 59m.	
RREO – Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)	Em reais
JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL ATÉ O 2º SEMESTRE DE 2.025		
LRF, Art. 48 - Anexo VI		RS 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	143.545.338,48	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	138.965.338,48	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	136.868.477,69	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	65.734.765,93	48,03
Limite Máximo (Incisos I, II, III, Art. 20 da LRF) - <54,00%>	73.908.977,95	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, Art. 22 da LRF) - <95% do Limite Máximo>	70.213.529,05	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <90% do Limite Máximo>	66.518.080,16	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	-4.449.463,34	-3,20
Limite definido por Resolução do Senado Federal	166.758.406,18	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	30.572.374,47	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	185.558,28	0,13
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito Externas e Internas	22.234.454,16	16,00
Operações de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operação de Crédito por Antecipação da Receita	9.727.573,69	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.850.909,47	22.782.855,52
FON TE: Sistema Eletech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, emitido em 22/jan/2026 às 16h e 56m.		

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora

<div></div> <div>MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2.025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO</div>												
RREO – Anexo VII (LRF, art. 53, inciso V)												
PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Em Real	
	Inscritos					Inscritos					Saldo Total	
	Em 31 de dezembro de 2024 (a)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo em(a)+(c) - (c)+(d)	Em 31 de dezembro de 2024 (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo			
	Em Exercícios Anteriores (a)				Em Exercícios Anteriores (a)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) PODER EXECUTIVO	33.671,28 33.671,28	263.500,02 263.500,02	315.043,25 315.043,25	-17.802,65 -17.802,65	0,00 0,00	729.798,63 729.798,63	4.432.743,36 4.432.743,36	3.856.649,77 3.856.649,77	3.856.649,77 3.856.649,77	646.614,54 646.614,54	629.798,68 629.798,68	629.798,68 629.798,68
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.671,28	263.500,02	315.043,25	-17.802,65	0,00	729.798,63	4.432.743,36	3.856.649,77	3.856.649,77	646.614,54	629.798,68	629.798,68
FONTE: Sistema Eletech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, emitido em 22/jan/2026 às 16h e 06m.												
JOAO EDUARDO PASQUINI Prefeito Municipal						RAQUEL TEIXEIRA CARDIA Contadora						

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2.025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO			
RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)			
RS 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)	
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	25.945.427,00	23.797.849,22	
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	10.563.764,00	9.452.037,04	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	2.699.241,00	2.334.002,30	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	5.547.422,00	5.721.077,42	
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	7.135.000,00	6.290.732,46	
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	83.482.542,97	82.637.038,29	
2.1- Cota-Parte FPM	50.461.844,87	49.651.942,74	

2.1.1- Parcela Referente à CF, art. 159, I, alínea b	44.474.644,87	44.202.564,49
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d e e	5.987.200,00	5.449.378,25
2.2- Cota-Parte ICMS	25.470.500,00	24.834.282,68
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	320.000,00	363.986,87
2.4- Cota-Parte ITR	208.373,00	420.030,85
2.5- Cota-Parte IPVA	6.848.000,00	7.149.513,80
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	173.825,10	217.281,35
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	109.427.969,97	106.434.887,51
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - EQUIVALENTE A 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	RS 15.499.968,59	RS 15.437.532,01
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6) + (2.7))	11.887.923,90	11.171.189,87
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Período (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	21.721.125,48	20.732.204,21
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.721.125,48	20.732.204,21
6.1.1- Principal	21.687.188,48	20.616.587,26
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	33.937,00	115.616,95
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
6.2.1- Principal	0,00	0,00
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
6.3.1- Principal	0,00	0,00
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
6.4.1- Principal	0,00	0,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)	6.188.119,89	5.179.055,25
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)		VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT		29.864,85
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR		0,00
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS		29.864,85
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)		20.762.069,06

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)	RS 1,00				
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	21.912.184,76	20.939.821,06	20.939.821,06	20.939.821,06	0,00
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.615.379,43	19.335.871,62	19.335.871,62	19.335.871,62	0,00
10.1.1- Educação Infantil	9.157.129,43	8.882.637,90	8.882.637,90	8.882.637,90	0,00
10.1.2- Ensino Fundamental	10.458.250,00	10.453.233,72	10.453.233,72	10.453.233,72	0,00
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.296.805,33	1.603.949,44	1.603.949,44	1.603.949,44	0,00
10.2.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.2- Ensino Fundamental	2.217.263,33	1.603.949,44	1.603.949,44	1.603.949,44	0,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	79.542,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES DO FUNDEB					
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	20.732.204,21	20.732.204,21	20.732.204,21	0,00	0,00
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	20.732.204,21	20.732.204,21	20.732.204,21	0,00	0,00
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	19.335.871,62	19.335.871,62	19.335.871,62	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)	
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	14.512.542,95	19.335.871,62	19.335.871,62	93,26	
16- PERCENTUAL DE 50% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	2.073.220,42	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)	RS 1,00				
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	2.008.233,58	0,00	29.864,85	0,00	-29.864,85
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.008.233,58	0,00	29.864,85	0,00	-29.864,85
19.2- Total das Despesas Custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	16.374.035,44	12.450.079,44	12.438.303,22	12.416.428,61	11.767,22
20.1- Educação Infantil	6.129.811,89	4.575.793,66	4.574.500,44	4.567.154,91	1.293,22
20.2- Ensino Fundamental	10.244.223,55	7.874.276,78	7.863.802,78	7.849.273,70	10.474,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.4- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	38.206.678,20	33.360.026,65	33.348.259,43	33.326.384,82	11.767,22
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	15.286.941,32	13.458.431,56	13.457.138,34	13.449.792,81	1.293,22
21.1.1- Creche	15.286.941,32	13.458.431,56	13.457.138,34	13.449.792,81	1.293,22
21.1.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	22.919.736,88	19.901.595,09	19.891.121,09	19.876.592,01	10.474,00

31.1.5- Outras Transferências do FNDE			0,00		6.476,61
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			903.056,09		774.771,10
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			0,00		0,00
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00		21.606,24
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			83.760,28		69.803,51
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM DEMAIAS RECEITAS	2.408.627,50	2.493.364,25	2.442.176,76	2.418.940,14	51.187,49
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	882,00	738,36	738,36	738,36	0,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	2.407.745,50	2.492.625,89	2.441.438,40	2.418.201,78	51.187,49
32.3- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Período (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Período (e)	DESPESAS PAGAS Até o Período (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	40.694.847,70	36.603.794,44	36.540.839,73	36.495.728,50	62.954,71
33.1- Despesas Correntes	39.869.294,97	36.692.096,63	36.046.141,92	36.001.030,69	45.954,71
33.1.1- Pessoal Ativo	30.877.495,24	28.640.545,42	28.640.545,42	28.618.670,81	0,00
33.1.2- Pessoal Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33.1.3- Transferência às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	655.000,00	475.129,48	475.129,48	475.129,48	0,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.336.799,73	6.976.421,73	6.930.467,02	6.907.230,40	45.954,71
33.2- Despesas de Capital	825.552,73	511.697,81	494.697,81	494.697,81	17.000,00
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	339.438,48	339.438,48	339.438,48	339.438,48	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	486.114,25	172.259,33	155.259,33	155.259,33	17.000,00


CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	VALOR	
	FUNDEB (aII)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (aI)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	29.864,85	154.130,28
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO (orçamentário)	20.809.956,21	1.409.135,08
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O PERÍODO (orçamentário e restos a pagar)	20.939.821,06	1.235.682,55
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	0,00	327.582,81
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	20,28
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	0,00	300,00
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	0,00	327.303,09

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, emitido em 22/jan/2026 as 15h e 39m.

RREO – ANEXO 8 (LDB, art. 72)

1. Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.
 2. Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
 3. Art. 25, § 3º, Lei 14.132/2016: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional;" utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.
 4. Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
 5. Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
 6. As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
 7. Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade aus Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade na Fonte VAAE e os RPNP dessas despesas.
 8. Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
 9. Nessa coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).
 10. Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna , os percentuais devem ser ajustados para 100%.

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora


		MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL (REGRA DE OURO) ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEZEMBRO/2.025
RREO – ANEXO 9 (LRF, Art. 53, inciso I)	Em Reais	

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	185.558,28	-185.558,28

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	23.738.397,24	20.006.741,45	3.731.655,79
Investimentos	19.186.352,17	15.481.422,60	3.704.929,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	4.552.045,07	4.525.318,85	26.726,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	23.738.397,24	20.006.741,45	3.731.655,79
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OUROS (III) = (II - I)	23.738.397,24	19.821.183,17	3.917.214,07

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, emitido em 22/jan/2026 as 16h e 10m.
 Nota: Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora


		MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEZEMBRO/2.025
RREO – ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)	RS 1,00	

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	103.540,00	392.475,03	-288.935,03
Receita de Alienação de Bens Móveis	33.600,00	0,00	33.600,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	69.940,00	89.110,31	-19.170,31
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimento de Aplicações Finance	0,00	303.364,72	-303.364,72

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	202.129,55	82.090,00	42.290,00	42.290,00	39.800,00	176.580,00	120.039,55
Despesas de Capital	202.129,55	82.090,00	42.290,00	42.290,00	39.800,00	176.580,00	120.039,55
Investimentos	202.129,55	82.090,00	42.290,00	42.290,00	39.800,00	176.580,00	120.039,55
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2024 (i)	2025 (j) = (Ib - (IIIf + IIIfg))		SALDO ATUAL (k) = (IIIIf + IIIIfg)			
VALOR (IIIIf)	2.675.163,83	173.605,03		2.848.768,86			

FONTE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA, emitido em 22/jan/2026 as 16h e 16m.

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora

		MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2.025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO
--	--	---

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)			RS 1.00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	22.636.427,00	25.945.427,00	23.797.849,22	91,72
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.389.764,00	10.563.764,00	9.452.037,04	89,48
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.699.241,00	2.699.241,00	2.334.002,30	86,47
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.347.472,00	5.547.472,00	5.721.077,42	103,13
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	4.200.000,00	7.135.000,00	6.290.732,46	88,17
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	69.128.373,00	77.495.342,97	77.187.660,04	99,60
Cota-Parte FPM	40.000.000,00	44.474.644,87	44.202.564,49	99,39
Cota-Parte ITR	208.373,00	208.373,00	420.030,85	201,58
Cota-Parte IPVA	6.600.000,00	6.848.000,00	7.149.513,80	104,40
Cota-Parte ICMS	22.000.000,00	25.470.500,00	24.834.282,68	97,50
Cota-Parte IPI-Exportação	320.000,00	320.000,00	363.986,87	113,75
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências	0,00	173.825,10	217.281,35	125,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	91.764.800,00	103.440.769,97	100.985.509,26	97,63

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) *100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) *100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) *100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	8.131.250,00	10.340.342,17	9.761.719,71	94,40	9.751.409,26	94,30	9.690.215,53	93,71	10.310,45
Despesas Correntes	8.064.050,00	9.392.142,17	9.119.135,21	97,09	9.117.419,76	97,07	9.056.226,03	96,42	1.715,45
Despesas de Capital	67.200,00	948.200,00	642.584,50	67,77	633.989,50	66,86	633.989,50	66,86	8.395,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.942.867,44	15.746.617,44	15.373.495,59	97,63	15.308.921,82	97,22	15.068.498,85	95,69	64.573,77
Despesas Correntes	9.890.367,44	15.679.117,44	15.323.422,66	97,73	15.258.848,89	97,32	15.018.425,92	95,79	64.573,77
Despesas de Capital	52.500,00	67.500,00	50.072,93	74,18	50.072,93	74,18	50.072,93	74,18	
SUPOORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	577.500,00	537.500,00	495.451,96	92,18	492.360,78	91,60	491.153,82	91,38	3.091,18
Despesas Correntes	577.500,00	537.500,00	495.451,96	92,18	492.360,78	91,60	491.153,82	91,38	3.091,18
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	972.791,68	987.791,68	931.942,59	94,35	931.942,59	94,35	913.356,94	92,46	0,00
Despesas Correntes	967.541,68	982.541,68	931.942,59	94,85	931.942,59	94,85	913.356,94	92,96	0,00
Despesas de Capital	5.250,00	5.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	46.200,00	21.200,00	330,00	1,56	330,00	1,56	330,00	1,56	0,00
Despesas Correntes	43.050,00	18.050,00	330,00	1,83	330,00	1,83	330,00	1,83	0,00
Despesas de Capital	3.150,00	3.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	150.000,00	455.000,00	260.918,80	57,34	250.492,00	55,05	219.940,00	48,34	10.426,80
Despesas Correntes	150.000,00	455.000,00	260.918,80	57,34	250.492,00	55,05	219.940,00	48,34	10.426,80
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	35.700,00	20.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	29.400,00	19.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	6.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	19.856.309,12	28.109.151,29	26.823.858,65	95,43	26.735.456,45	95,11	26.383.495,14	93,86	88.402,20

RREO – ANEXO XII (LC 141/2012, art. 35)		RS 1,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS (XII) = (XI)	26.823.858,65	26.735.456,45	26.383.495,14
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INEVIDENTAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM ASPS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	26.823.858,65	26.735.456,45	26.383.495,14
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X 15% (LC 141/2012)	15.147.826,39		
DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA EM ASPS (XVII) = (III) X % (LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	0,00		
DIFERENÇA ENTRE O VALOR APLICADO E A DESPESA MÍNIMA A SER APLICADA (XVIII) = (XVI D-OU E) - XVII)	11.676.032,26	11.587.630,06	11.235.668,75
LIMITE NÃO CUMPRIDO (XIX) = (XVIII) (QUANDO VALOR FOR INFERIOR A ZERO)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III) * 100 (MÍNIMO DE 15% CONFORME LC Nº 141/2012 OU % DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL)	26,56	26,47	

Terça-feira, 27 de Janeiro de 2026

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (VI + XXXIII)	10.867.259,34	19.123.014,47	18.262.648,34	95,50	18.191.093,19	95,13	17.947.801,23	93,85	71.555,15
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	577.500,00	687.500,00	645.451,96	93,88	642.360,78	93,43	641.153,82	93,26	3.091,18
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	1.402.741,68	1.707.343,62	1.577.931,50	92,42	1.561.473,30	91,46	1.542.887,65	90,37	16.458,20
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	46.200,00	21.200,00	330,00	1,56	330,00	1,56	330,00	1,56	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	150.000,00	455.000,00	260.918,80	57,34	250.492,00	55,05	219.940,00	48,34	10.426,80
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	35.700,00	20.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	25.521.009,70	43.383.736,66	38.891.918,14	89,65	37.723.724,82	86,95	37.333.996,47	86,06	1.168.193,32

Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados.
FON TE: Sistema Ectech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, emitido em 22/jan/2026 às 15h e 43m.

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 6º Bimestre de 2025

RREO – Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		RS 1,00
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL
		Até o Bimestre

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

FON TE: Sistema Ectech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, emitido em 22/jan/2026 às 16h e 05m.

Nota:

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA PODER EXECUTIVO ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2.025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Período
RECEITAS	
Previsão Inicial	125.192.005,55
Previsão Atualizada	160.515.472,91
Receitas Realizadas	157.788.318,06
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	10.758.161,76
DESPESAS	
Dotação Inicial	120.818.005,55
Dotação Atualizada	166.899.634,67
Despesas Empenhadas	149.916.897,52
Despesas Liquidadas	145.065.988,06
Despesas Pagas	144.121.119,71
Superávit Orçamentário	12.722.330,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até Período
Despesas Empenhadas	140.916.897,52
Despesas Liquidadas	145.065.988,06

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Período
Receita Corrente Líquida	143.545.338,48
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	138.965.338,48
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	136.868.477,69

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até Período
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado até o Período (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	0,00	14.819.365,88	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	10.686.360,34	0,00

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrito	Cancelado Até o Período	Pagamento Até o Período	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	297.240,60	-17.802,65	315.043,25	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	5.162.453,99	646.614,54	3.856.049,77	659.789,68
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.459.694,59	628.811,89	4.171.093,02	659.789,68

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado Até o Período
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	27.887.602,45	<18% / 25%>	26,20
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	19.335.871,62	70%	93,26
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00	50%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até Período	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	185.558,28	-185.558,28
Despesa de Capital Líquida	20.006.741,45	3.731.655,79

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	17.778.434,11	19.289.315,59	20.722.087,12	5.775.644,56
Despesas Previdenciárias	12.712.574,52	17.397.694,67	16.933.907,84	8.250.405,91
Resultado Previdenciário	5.065.859,59	1.892.220,92	3.788.179,28	-2.474.761,35
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	Valor Apurado Até Período	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos	392.475,03	-288.935,03
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	42.290,00	120.039,55

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Período	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar Exerc.	% Aplicado até o Período
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	26.823.858,65	15,00	26,56

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

FON TE: Sistema Ectech Gestão Pública, Unidade Responsável PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, emitido em 22/jan/2026 às 16h e 31m.

JOAO EDUARDO PASQUINI	RAQUEL TEIXEIRA CARDIA
Prefeito Municipal	Contadora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sirléia, 322 - Jardim Horizonte - CEP: 37.180-000 - Fone: (44) 3135-0810
Site: www.pr.sitesitecastelobranco.pr.gov.br

DECRETO Nº 1.436/2026
Dispõe sobre a outorga de escritura pública de compra e venda de bem imóvel de propriedade do Município de Presidente Castelo Branco, alienado por meio de processo licitatório, e dá outras providências.

JOÃO PERICLES MARTINATI, PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto nos Arts. 108 e 1.243 do Código Civil Brasileiro;

CONSIDERANDO a regularidade do processo licitatório e a quitação integral do preço pelo adquirente, conforme relatório emitido pela comissão nomeada através do Decreto Municipal nº 1276/2025, que se encontra arquivado em pasta física relativa ao imóvel;

CONSIDERANDO que a decisão de seq. 725.1 dos autos 0002893-23.2013.8.16.0119, converteu a alienação dos imóveis constantes no loteamento Cidade Amiga;

DECRETA:


Art. 1º Fica autorizada a outorga da escritura pública de compra e venda em favor de **Antônio Glecondo Filho**, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.150.909-XX, referente ao imóvel: **Lote de terras sob nº 89, da quadra 01, com área de 240,00 metros quadrados, situada no RESIDENCIAL CIDADE AMIGA, de cidade sede do Município de Presidente Castelo Branco-PR, Faria Regional de Nova Esperança-PR Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR**, dentro das dividas e confrontações conforme matriculado sob o nº 23.852 no Cartório de Registro de Imóveis de Nova Esperança-PR, Comarca da Região Metropolitana de Maringá-PR.

Art. 2º As despesas decorrentes da outorga da escritura pública, bem como eventuais averbações na matrícula, incluindo emolumentos, e registros, correrão por conta do adquirente;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Castelo Branco-PR, 21 de janeiro de 2026

JOÃO PERICLES MARTINATI
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO/PR

PORTARIA Nº 03/2026
Ementa: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS"

O SENHOR GENIVALDO ROBERTO ANTONIO, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco - Paraná no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidos,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder diárias a agente político conforme Processo de Diárias nº02/2026, nº03/2026, nº04/2026, nº05/2026 e nº06/2026, referente viagem para realização de cursos e treinamentos, com o tema: **CICLO DE CAPACITAÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DA LPB, SEGURANÇA JURIDICA E FISCALIZAÇÃO**, em Curitiba, nos dias 27 a 30 de janeiro, 2026, realizado pela LPB - Liderança Pública Brasil, conforme segue:

Agente Autorizado - Servidor	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
Ademir Crispim da Silva	04	632,25	2.529,00
Carlos Santos	04	632,25	2.529,00
Genivaldo Roberto Antonio	04	632,25	2.529,00
Nilson da Silva Santos	04	632,25	2.529,00
Rogério Cassiano Martins	04	632,25	2.529,00
Total			12.645,00


Art. 2º - O custo com transporte será apurado posteriormente conforme Lei Municipal nº1.296/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco - Paraná, 26 de janeiro de 2026.

Genivaldo Roberto Antonio
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 05/2026
Ementa: "DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO E O PROJEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSOS LICITATORIOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO".

O SENHOR GENIVALDO ROBERTO ANTONIO, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco - Paraná no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidos,

Considerando o numero insuficiente de servidores do quadro efetivo da Câmara Municipal;

Considerando a necessidade de realizações de licitações para aquisição de produtos e serviços para ano de 2026 pela Câmara Municipal e que o Executivo Municipal colocou a disposição através do Ofício GP nº04/2026 a equipe de apoio e o pregoeiro/Agente de contratação;

RESOLVE:

I - DESIGNAR os membros da Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal nomeados pelo Decreto nº1.208/2025, de 15 de abril de 2025, o Pregoeiro/Agente de Contratação do Executivo Municipal nomeado pela Portaria nº05/2025 de 09 de janeiro de 2025 para instruírem e processarem todos os processos licitatórios para o ano de 2026 da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco, sob supervisão da Assessoria Jurídica desta Casa.


II - Revogadas as disposições em contrario, esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco - Paraná, 26 de janeiro de 2025.

Genivaldo Roberto Antonio
Presidente da Câmara

Rua Vereador Nelson Facco, 268, Centro - CEP: 87180-000 - Presidente Castelo Branco - PR
Fone/fax - 0XX44 3112 4357 - E-mail: camara@cmprb.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone: (44) 3252-4545
CNPJ 75.753.994/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

"REPUBICAÇÃO"
LEI Nº 3.100, DE 23 DE JANEIRO DE 2026
Altera as arts. 1º e 3º da Lei nº 3.095, de 12 de dezembro de 2025, para adequar o valor e a abrangência do salário mínimo municipal, assegurar sua aplicação aos servidores ativos, aposentados e pensionistas, e unificar o critério e a data de sua atualização ao índice da revisão geral anual dos servidores públicos municipais, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná, aprova, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 3.095, de 12 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Nova Esperança, o salário mínimo municipal no valor de R\$ 1.730,00 (um mil setecentos e trinta reais) mensais, a ser pago aos servidores públicos municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, bem como aos preveridos de aposentadoria e pensões, a partir de janeiro de 2026.

§ 1º Nenhum servidor público municipal em atividade perceberá vencimento inferior ao valor estabelecido no caput quando submetido à jornada semanal de 40 (quarenta) horas, sendo vedada sua aplicação, integral ou proporcional, a jornadas inferiores.

§ 2º As aposentadas e pensionistas a asseguram o recebimento de proventos e pensões em valor não inferior ao salário mínimo municipal, observado o regime previdenciário aplicável.


§ 3º O salário mínimo municipal aplica-se aos empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto nº 5.452, de 1º de maio de 1943, desde que não possuam piso remuneratório fixado diretamente pela Constituição Federal ou por lei federal de caráter nacional, hipótese em que prevalecerá o salário mínimo nacional fixado pela União, vedada a utilização do valor instituído no caput como indexador constitucional, referência remuneratória ou base de cálculo para as referidas categorias.

§ 4º Para os fins previstos na Lei Complementar nº 2.510, de 23 de março de 2016, o valor instituído no caput será considerado como o menor vencimento básico pago pelo Município.

§ 5º O salário mínimo municipal poderá ser concedido aos servidores temporários contratados por excepcional interesse público, nos termos da

1

(*) Republicação por ter sido com incorreção no número da Lei, publicada na Edição 1769 de 22 de janeiro de 2026 do Jornal "Noroeste" - 4 - PUBLICIDADE LEGAL.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone: (44) 3252-4545
CNPJ 75.753.994/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA
legislação específica, desde que submetidos à jornada de 40 (quarenta) horas semanais."


Art. 2º O art. 3º da Lei nº 3.095, de 12 de dezembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O valor do salário mínimo municipal será atualizado anualmente, na mesma data e pelo mesmo índice estabelecidos na lei específica que dispõe sobre a revisão geral anual dos servidores públicos municipais, observados os limites e as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná, em 22 de janeiro de 2026.

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone: (44) 3252-4545
CNPJ 75.753.994/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

DECRETO Nº 6.567, DE 23 DE JANEIRO DE 2026
Dispõe sobre a prorrogação excepcional do prazo para o fechamento da Declaração Mensal de Serviços e para o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), referente à competência de janeiro de 2026, em razão de migração do sistema de dados.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, e, com fundamento na Lei Complementar nº 2.340, de 12 de dezembro de 2012 (Código Tributário Municipal);

Considerando a necessidade técnica de migração do sistema de gestão tributária municipal, entre os dias 13/02/2026 e 20/02/2026;

Considerando que a indisponibilidade do sistema no referido período impede os contribuintes de realizarem o fechamento da Declaração Mensal de Serviços e a emissão das guias de recolhimento dentro do prazo regulamentar;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, em caráter excepcional, para o dia 10 de março de 2026, o prazo para o fechamento da Declaração Mensal de Serviços e o vencimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sujeitos ao lançamento por homologação, relativos à competência do mês de janeiro de 2026.

Parágrafo único. A prorrogação prevista neste artigo aplica-se exclusivamente à competência de janeiro de 2026, permanecendo inalterados os prazos para as demais competências de exercício, conforme estabelecido no art. 19 do Decreto nº 6.498, de 29 de outubro de 2025.


Art. 2º O recolhimento efetuado até a data prevista no art. 1º deste Decreto será realizado sem a incidência de juros, multas ou qualquer atualização monetária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná, em 23 de janeiro de 2026.

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone: (44) 3252-4545
CNPJ 75.753.994/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

DECRETO Nº 6.568, DE 26 DE JANEIRO DE 2026
Altera o alínea "c" do inciso III do caput art. 1º do Decreto nº 5.843, de 28 de dezembro de 2022, para modificar a composição do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, em decorrência de substituição de representante eleito dentre os segurados ativos, conforme solicitação realizada no Memorando 16.243/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 53 c/c o art. 75, I, "a" da Lei Orgânica do Município (LOM);

Considerando a necessidade de atualização da composição do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, em decorrência de substituição de representante eleito dentre os segurados ativos, conforme solicitação realizada no Memorando 16.243/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "c" do inciso III do caput do art. 1º do Decreto nº 5.843, de 28 de dezembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.

III -

(c) Um eleito dentre os segurados ativos.

Titular: Jessica de Oliveira Silva

Suplente: João Francisco Caleoni"

Art. 2º Ficam mantidas as demais disposições do Decreto nº 5.843, de 28 de dezembro de 2022.


Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.889, de 16 de março de 2023.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná, em 26 de janeiro de 2026.

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone: (44) 3252-4545
CNPJ 75.753.994/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

DECRETO Nº 6.566, DE 26 DE JANEIRO DE 2026
Dispõe sobre a atualização inerente a Taxa de Embarque do Terminal Rodoviário do Município de Nova Esperança, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e, com fundamento na Lei Complementar nº 2.340, de 12 de dezembro de 2012;

Considerando a necessidade de atualizar o preço da Taxa de Embarque do Terminal Rodoviário do Município de Nova Esperança;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido em R\$ 2,92 (dois reais e noventa e dois centavos) o valor da Taxa de Embarque no Terminal Rodoviário do Município de Nova Esperança.

Art. 2º O valor estabelecido no art. 1º deste Decreto entra em vigor em 2 de fevereiro de 2026.


Art. 3º Para efeito de atualização monetária da referida taxa será utilizado o valor de 3,80% (três virgula oitenta e nove por cento) correspondente ao período de 01/2025 a 12/2025 do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 6.283, de 10 de janeiro de 2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de Nova Esperança, Estado do Paraná, em 26 de janeiro de 2026.

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone: (44) 3252-4545
CNPJ 75.753.994/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

PORTARIA Nº 17.334, DE 23 DE JANEIRO DE 2026
Dispõe sobre a nomeação de candidato classificado no Concurso Público Municipal regido pela Edital nº 001/2024.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso I, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM) e no art. 24, inciso I da Lei Complementar nº 2.510, de 23 de março de 2016;

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Concurso Público regido pela Edital nº 001/2024, conforme estabelecido na Portaria nº 16.265, de 4 de julho de 2024;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nº 2.510, de 23 de março de 2016,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (41) 3252-4545
CNPJ 15.738.984/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2025-2028

PORTARIA N.º 17.336, DE 26 DE JANEIRO DE 2026

Concede Licença para fins de Tratamento de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o que foi solicitado por meio do sistema informatizado (Memorando nº 623/2026), em conformidade com o disposto no art. 137 da Lei Municipal Complementar nº 2.510, de 23 de março 2016 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º **Conceder** a servidor(a) pública municipal abaixo relacionado, **Licença para fins de Tratamento de Saúde**, conforme estabelece a legislação vigente, mediante a apresentação de Atestado Médico, a saber:

Nome	Cargo	Lotação	Período
Alexandra Daniela Freita da Silva	Agente de Serviços Operacionais	Secretaria de Educação	28/01/2026 a 26/03/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data da licença.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)
LUCIANA CIORLIN
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (41) 3252-4545
CNPJ 15.738.984/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2025-2028

PORTARIA N.º 17.337, DE 26 DE JANEIRO DE 2026

Concede Abono de Permanência ao servidor público municipal José Carlos Dossa, matrícula nº 1418.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o pedido formalizado pelo servidor público municipal José Carlos Dossa, por meio do sistema informatizado, conforme o Memorando nº 021/2026;

CONSIDERANDO as manifestações da Assessoria Jurídica do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais e da Procuradoria Geral do Município, consignadas nos Despachos 4 e 6, respectivamente, do referido Memorando, com base no art. 40, §1º, III, da Constituição Federal e nos arts. 42 e 146 da Lei Complementar nº 3.053, de 16 de julho de 2025;

RESOLVE:

Art. 1º **Conceder**, a partir de 16 de agosto de 2025, **Abono de Permanência** ao servidor público municipal José Carlos Dossa, matrícula nº 1418, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Operacionais, lotado na Secretaria Municipal de Governo, em razão do cumprimento dos requisitos necessários para aposentadoria, com fundamento no art. 40, §1º, III, da Constituição Federal e nos arts. 42 e 146 da Lei Complementar nº 3.053, de 16 de julho de 2025.

Art. 2º O abono de permanência corresponderá ao valor da contribuição previdenciária devida pelo servidor e será pago até o mesmo seja aposentado, voluntariamente, por tempo de contribuição e/ou idade ou até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data de implementação dos requisitos para aposentadoria do servidor.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)
LUCIANA CIORLIN
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (41) 3252-4545
CNPJ 15.738.984/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2025-2028

PORTARIA N.º 17.338, DE 26 DE JANEIRO DE 2026

Concede Licença para fins de Tratamento de Saúde.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM);

CONSIDERANDO o que foi solicitado por meio do sistema informatizado (Memorando nº 261/2026), em conformidade com o disposto no art. 137 da Lei Municipal Complementar nº 2.510, de 23 de março 2016 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná;

RESOLVE:

Art. 1º **Conceder** ao servidor público municipal abaixo relacionado, **Licença para fins de Tratamento de Saúde**, conforme estabelece a legislação vigente, mediante a apresentação de Atestado Médico e ratificação da Junta Médica Oficial, a saber:

Nome	Cargo	Lotação	Período
Antonio Dourivaldo Zaninello	Agente de Serviços Operacionais	Secretaria de Saúde	10/01/2026 a 09/04/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data da licença.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E SEIS (26) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)
LUCIANA CIORLIN
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA - PR
Av. Rocha Pombo, 453 - Fone (41) 3252-4545
CNPJ 15.738.984/0001-01 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2025-2028

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE PSS Nº 004/2026, DE 23 DE JANEIRO DE 2026

Convoca candidato classificado no Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) regido pelo Edital nº 002/2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.381, de 15 de setembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 3.783, de 05 de outubro de 2011;

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) regido pelo Edital nº 002/2025, por meio da Portaria nº 16.362, de 10 de julho de 2025;

RESOLVE:

Tornar Público a convocação da candidata abaixo relacionada, classificada no Processo Seletivo Público Simplificado (PSS) mencionado, destinado a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, para o cargo de Agente de Alimentação, Agente de Apoio Educacional, Agente de Serviços Operacionais, Agente de Veículo Automotor e Assistente Administrativo para a Secretaria Municipal de Educação e demais Órgãos de Administração Geral, com o objetivo de tratar de assuntos referentes à contratação, conforme detalhado abaixo:

Nome	Cargo	Classificação
Fernanda Fernandes Espindola	Agente de Alimentação	2º

O candidato convocado deverá comparecer ao órgão de administração de pessoal do Poder Executivo - Departamento de Gestão de Pessoas, localizado na **Avenida Rocha Pombo, nº 1.453, Centro, Nova Esperança - PR**, no horário de 7h30 às 13h30 e às 17h, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** a partir da data de publicação deste Edital no Órgão Oficial do Município de Nova Esperança (**Jornal Noroeste**), conforme disposto no art. 25, do Decreto nº 3.783, de 05 de outubro 2011, munido dos documentos pessoais e demais documentos comprobatórios das condições estabelecidas em edital.

O não comparecimento dentro do prazo estabelecido será considerado, em caráter irreversível, como desistência da vaga, implicando na perda dos direitos adquiridos pela classificação no PSS.

O acompanhamento da publicação do ato convocatório é de inteira responsabilidade do candidato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS VINTE E TRÊS (23) DIAS DO MÊS DE JANEIRO (01), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026).

(Assinado digitalmente)
JOÃO EDUARDO PASQUINI
Prefeito Municipal

(Assinado digitalmente)
LUCIANA CIORLIN
Secretária Municipal de Administração

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança - PR
Av. Rocha Pombo, 1.453 - Telefone (41) 3252-4545 - Centro - CEP 87600-000
e-mail: instituto@iprevdeservidoresnoveesperanca.pr.gov.br - Nova Esperança - PR
CNPJ: 05.137.951/0001-33

EDITAL n.º 001/2026

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO PARA MEMBRO DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOVA ESPERANÇA, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2.889, DE 29 DE SETEMBRO DE 2022, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI FEDERAL Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019, E DA PORTARIA SEP/PR Nº 9.907, DE 14 DE ABRIL DE 2020, PARA O QUADRIÊNIO 2023-2026.

A Comissão Especial Eleitoral, instituída pelo Decreto nº 5.790, de 05 de outubro de 2022, no uso das atribuições que lhe competem, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 2.886, de 29 de setembro de 2022, especialmente no art. 41, vem por meio do presente edital **CONVOCAR** o Sr. **JOÃO FRANCISCO COLOMBO** para integrar o Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Nova Esperança, como representante dos servidores inativos.

Resalte-se que o convocado deve manifestar o interesse em ocupar a função no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** da publicação deste edital, sob pena de desistência e convocação de outro candidato.

Nova Esperança, 16 de janeiro de 2026

Gilmar Bittol
Presidente da Comissão

Miguel Bussini Dias
Membro da Comissão

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, PATRICIA DE OLIVEIRA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG nº 7 - - - - -, e CPF nº - - - - - 494.479- - residente e domiciliado (a) na RUA GENERAL EUCLIDES BUENO, nº 36, município de NOVA ESPERANÇA, classificado na posição de 1º lugar, no Processo Seletivo Público Simplificado, aberto pelo Edital nº 02/2025, regime CLT, para o Cargo de AGENTE DE ALIMENTAÇÃO e havendo sido convocado (a) para assumir 01 (uma) vaga, DECLARO (A), **DESISTIR** da referida vaga junto à Prefeitura Municipal de Nova Esperança, por motivos particulares.

Nova Esperança, 23 de JANEIRO de 2026.

Requerente
PATRICIA DE OLIVEIRA DA SILVA

Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco
Rua Vereador Nelson Facin, 268 - CEP 87180-000 - Presidente Castelo Branco - PR

Inexigibilidade de Licitação n.º 1/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

OBJETO: aquisição do curso: CICLO DE CAPACITAÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DA LPB; SEGURANÇA JURÍDICA E FISCALIZAÇÃO, 27 a 30 de janeiro de 2026, Curitiba, Paraná, pela empresa Liderança Pública Brasil - LPB

O Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Presidente Castelo Branco-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Reconhecer a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO e autorizar a LPB - LIDERANÇA PÚBLICA BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ nº 59.203.229/0001-12, destinado a aquisição do curso CICLO DE CAPACITAÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DA LPB; SEGURANÇA JURÍDICA E FISCALIZAÇÃO, nos dias 27 a 30 de janeiro de 2026, no valor de R\$ 12.236,00 (Doze mil duzentos e trinta e cinco reais) com fundamento no Art. 74, III da Lei Federal n.º 14.133/21.

Presidente Castelo Branco, 26 de JANEIRO de 2026.

Genivaldo Roberto Antônio
Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (41) 3135-0810
Site: www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.439, DE 26 DE JANEIRO DE 2026.

SÚMULA: Designa a Gestora do Fundo Municipal de Esporte e Lazer - FUMDEL e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente aquelas previstas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.274/2025, que institui o Fundo Municipal de Esporte e Lazer - FUMDEL e prevê a designação de gestor responsável por sua administração;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a Sra. Roselene Alves dos Santos, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, como Gestora do Fundo Municipal de Esporte e Lazer - FUMDEL, nos termos da Lei Municipal nº 1.274/2025.

Art. 2º. Compete à Gestora do FUMDEL exercer todas as atribuições previstas na legislação vigente, especialmente quanto à administração, gestão, acompanhamento e aplicação dos recursos do Fundo, observadas as normas legais, regulamentares e os princípios da Administração Pública.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, em 26 de janeiro de 2026.

JOÃO PERICLES MARTINATI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ - 76.279.959/0001-70
CEP - 87.180-000 - Fone: (41) 3135-0810
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 08/2026
Processo 103/2025

O Município de Presidente Castelo Branco - Pr, no exercício das atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 10 de fevereiro de 2026 às 09h00min, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (horário de Brasília-DF) do dia 10/02/2026 através do site <https://www.comprasnet.gov.br/>, destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÁQUINA DE PINTURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR**. Conforme especificação do termo de referência, conforme especificado no Edital de Licitação nº 08/2026 na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.presidentecastelobranco.pr.gov.br.

Presidente Castelo Branco - PR, 26 de janeiro de 2026.

João Pericles Martinati
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sinhá, 322 - Jardim Horizonte - CNPJ/ME 76.279.959/0001-70
CEP 87.180-000 - Tel. 44-31350810
E-mail: rh@pmcbranco@hotmail.com.br
www.presidentecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº255/2026

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr) e considerando a solicitação contida no memorando 05/2026 de 26/01/2026, da Secretaria Municipal de Saúde:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias Remuneradas proporcional de 10(dez) dias e 1/3 das mesmas a Servidora Pública Municipal, Srª. **BRUNA HETIENE RODRIGUES LEOPOLDINO**, Mat. 1156, ocupante do Cargo em Comissão de **ASSESSORA DE DIVISÃO DA FAMÍLIA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/01/2025 à 13/01/2026;

Artigo 2º - A concessão das férias terá início em 04/02/2026 e término em 13/02/2026;

Artigo 3º - Ficam 20(quinze) dias de suas férias para serem usufruídas posteriormente;

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Pres. Castelo Branco, 26 de Janeiro de 2026.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

INST PREVIDENCIA SERVIDORES PUBL MUNIC DE NOVA ESPERANÇA REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ESTADO DO PARANÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A DEZEMBRO 2.025/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO			R\$ 1,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)	
RECEITAS CORRENTES (I)	23.367.000,00		29.601.870,76
Receita de Contribuições dos Segurados	4.641.000,00		5.268.556,36
Ativo	4.615.000,00		5.187.954,75
Inativo	26.000,00		80.601,81
Pensionista	0,00		0,00
Receita de Contribuições Patronais	4.799.400,00		6.705.502,84
Ativo	4.799.400,00		6.705.502,84
Inativo	0,00		0,00
Pensionista	0,00		0,00
Receita Patrimonial	2.700.000,00		6.905.807,10
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.700.000,00		6.905.807,10
Outras Receitas Patrimoniais	0,00		0,00
Receita de Serviços	726.600,00		812.688,55
Outras Receitas Correntes	10.500.000,00		9.909.315,71
Compensação Financeira entre os regimes	1.500.000,00		715.170,84
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)*	9.000.000,00		9.194.144,87
Demais Receitas Correntes	0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00		0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (IV) = (I + III - II)	14.367.000,00		20.497.725,89

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO até o Bimestre (g)
Benefícios	20.850.400,00	20.557.713,88	20.557.713,88	20.557.713,88	0,00
Aposentadorias	18.600.000,00	18.294.906,27	18.294.906,27	18.294.906,27	0,00
Pensões por Morte	2.250.400,00	2.262.807,61	2.262.807,61	2.262.807,61	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	772.000,00	343.162,28	343.162,28	343.162,28	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	772.000,00	343.162,28	343.162,28	343.162,28	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	21.662.400,00	20.900.876,16	20.900.876,16	20.900.876,16	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)*	7.295.400,00	-493.150,27	-493.150,27	-493.150,27	20.497.725,89
--	--------------	-------------	-------------	-------------	---------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					0,00
--	--	--	--	--	------

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
VALOR					0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)					R\$ 1,00
---	--	--	--	--	----------

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	9.194.144,87
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	14.904.338,02
Outros Bens e Direitos	288.142.435,32

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - RPPS (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

RREO - Anexo 4 (LRF, art 53, inciso II)					R\$ 1,00
---	--	--	--	--	----------

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO até o Bimestre (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00




RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------


APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS					
Recursos para Cobertura de Ineficiências Financeiras					0,00
Recursos para Formação de Reserva					0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	309.548,49
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre	DESPESAS PAGAS até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	321.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	321.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	396.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	-396.090,00	0,00	0,00	0,00	

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS até o Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS até o Bimestre	DESPESAS PAGAS até o Bimestre	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS até o Bimestre
	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) – (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	
<div>Documento assinado digitalmente</div> <div><div><div><div><div>MEGUI BUSSELI DIAS</div><div><small>Data: 26/01/2026 16:40:13-0300</small></div><div><small>Verifique em https://validar.itl.gov.br</small></div></div><div>MEGUI BUSSELI DIAS</div><div>Controle Interno</div></div><div><div><div><div><div>SILVANA PIGA</div><div><small>MOLINARI:82513015991</small></div><div><small>Assinado de forma digital por SILVANA PIGA MOLINARI:82513015991 Data: 2026.01.26 16:34:01 -03'00'</small></div></div><div>SILVANA PIGA MOLINARI</div><div>Diretora Presidente</div></div><div><div><div><div><div>JOSIANI CRISTINA GOMES</div><div><small>Data: 26/01/2026 16:36:52-0300</small></div><div><small>Verifique em https://validar.itl.gov.br</small></div></div><div>Josiani Cristina Gomes</div><div>Contadora - CRC 060505/O</div></div></div></div></div></div></div></div>					

	<div>INST PREVIDENCIA SERVIDORES PUBL MUNIC DE NOVA ESPERA</div> <div>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL</div> <div>ESTADO DO PARANÁ</div> <div>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</div> <div>DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME</div> <div>PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</div> <div>ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL</div> <div>2024 a 2099</div>
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)	
Em Reais	




FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	26.932.996,00	19.112.952,00	7.820.044,00	61.894.835,00
2026	28.130.218,00	20.306.207,00	7.824.011,00	69.718.846,00
2027	28.805.774,00	21.230.397,00	7.575.377,00	77.294.224,00
2028	30.039.704,00	22.074.649,00	7.965.055,00	85.259.279,00
2029	30.290.264,00	23.456.969,00	6.833.295,00	92.092.573,00
2030	30.613.857,00	24.312.438,00	6.301.419,00	98.393.992,00
2031	30.912.359,00	25.103.358,00	5.809.001,00	104.202.993,00
2032	31.231.057,00	25.669.798,00	5.561.259,00	109.764.253,00
2033	31.565.558,00	26.064.222,00	5.501.336,00	115.265.588,00
2034	31.734.351,00	26.969.251,00	4.765.100,00	120.030.687,00
2035	31.824.886,00	27.949.717,00	3.875.169,00	123.905.856,00
2036	31.973.135,00	28.490.143,00	3.482.992,00	127.388.847,00
2037	31.992.373,00	29.341.428,00	2.650.945,00	130.039.792,00
2038	32.021.150,00	29.932.473,00	2.088.677,00	132.128.468,00
2039	31.934.969,00	30.750.648,00	1.184.321,00	133.312.789,00
2040	31.947.840,00	30.960.589,00	987.251,00	134.300.041,00
2041	31.725.804,00	31.906.147,00	-180.343,00	134.119.697,00
2042	31.566.927,00	32.322.730,00	-755.803,00	133.363.895,00
2043	31.357.108,00	32.729.225,00	-1.372.117,00	131.991.778,00
2044	31.227.547,00	32.675.134,00	-1.447.587,00	130.544.191,00
2045	31.041.611,00	32.731.740,00	-1.690.129,00	128.854.063,00
2046	30.816.116,00	32.811.472,00	-1.995.356,00	126.858.708,00
2047	30.519.754,00	33.029.025,00	-2.509.271,00	124.349.436,00
2048	30.208.951,00	33.150.219,00	-2.941.268,00	121.408.168,00
2049	29.971.768,00	32.873.976,00	-2.902.208,00	118.505.961,00
2050	29.728.429,00	32.570.032,00	-2.841.603,00	115.664.357,00
2051	29.543.819,00	32.012.979,00	-2.469.160,00	113.195.197,00
2052	29.401.407,00	31.344.007,00	-1.942.600,00	111.252.599,00
2053	29.340.231,00	30.449.556,00	-1.109.325,00	110.143.274,00
2054	29.372.394,00	29.351.611,00	20.783,00	110.164.057,00
2055	29.479.784,00	28.190.710,00	1.289.074,00	111.453.131,00
2056	6.233.511,00	27.021.253,00	-20.787.742,00	90.665.389,00
2057	5.041.140,00	25.774.726,00	-20.733.586,00	69.931.803,00
2058	3.860.724,00	24.505.548,00	-20.644.824,00	49.286.979,00
2059	2.729.869,00	23.094.084,00	-20.364.215,00	28.922.765,00
2060	1.607.608,00	21.727.421,00	-20.119.813,00	8.802.950,00
2061	499.341,00	20.384.959,00	-19.885.618,00	-11.082.667,00
2062	10.666,00	19.070.927,00	-19.060.261,00	-30.142.928,00
2063	3.171,00	17.792.525,00	-17.789.354,00	-47.932.282,00
2064	2.372,00	16.529.499,00	-16.527.127,00	-64.459.408,00
2065	1.283,00	15.308.433,00	-15.307.150,00	-79.766.559,00
2066	486,00	14.132.788,00	-14.132.302,00	-93.898.861,00
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				
Em Reais				


2067	397,00	13.005.673,00	-13.005.276,00	-106.904.137,00
2068	304,00	11.929.880,00	-11.929.576,00	-118.833.713,00
2069	141,00	10.907.154,00	-10.907.013,00	-129.740.725,00
2070	110,00	9.938.518,00	-9.938.408,00	-139.679.133,00
2071	0,00	9.023.697,00	-9.023.697,00	-148.702.830,00
2072	0,00	8.161.803,00	-8.161.803,00	-156.864.633,00
2073	0,00	7.351.306,00	-7.351.306,00	-164.215.939,00
2074	0,00	6.590.747,00	-6.590.747,00	-170.806.686,00
2075	0,00	5.878.972,00	-5.878.972,00	-176.685.658,00
2076	0,00	5.215.148,00	-5.215.148,00	-181.900.806,00
2077	0,00	4.598.441,00	-4.598.441,00	-186.499.247,00
2078	0,00	4.028.546,00	-4.028.546,00	-190.527.793,00
2079	0,00	3.503.399,00	-3.503.399,00	-194.033.192,00
2080	0,00	3.028.547,00	-3.028.547,00	-197.061.739,00
2081	0,00	2.597.453,00	-2.597.453,00	-199.659.192,00
2082	0,00	2.210.741,00	-2.210.741,00	-201.869.933,00
2083	0,00	1.866.703,00	-1.866.703,00	-203.736.635,00
2084	0,00	1.563.100,00	-1.563.100,00	-205.299.736,00
2085	0,00	1.297.277,00	-1.297.277,00	-206.597.012,00
2086	0,00	1.066.357,00	-1.066.357,00	-207.663.369,00
2087	0,00	867.258,00	-867.258,00	-208.530.628,00
2088	0,00	696.923,00	-696.923,00	-209.227.550,00
2089	0,00	552.521,00	-552.521,00	-209.780.072,00
2090	0,00	431.399,00	-431.399,00	-210.211.471,00
2091	0,00	331.095,00	-331.095,00	-210.542.566,00
2092	0,00	249.287,00	-249.287,00	-210.791.853,00
2093	0,00	183.749,00	-183.749,00	-210.975.603,00
2094	0,00	132.327,00	-132.327,00	-211.107.930,00
2095	0,00	92.921,00	-92.921,00	-211.200.851,00
2096	0,00	63.455,00	-63.455,00	-211.264.305,00
2097	0,00	41.956,00	-41.956,00	-211.306.261,00
2098	0,00	26.687,00	-26.687,00	-211.332.948,00
2099	0,00	16.178,00	-16.178,00	-211.349.126,00
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)				
Em Reais				

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00

2043	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00
RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)			
Em Reais			

2071	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00
2099	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema Eletedh Gestão Pública, Unidade Responsável INST PREVIDENCIA SERVIDORES PUBL MUNIC DE NOVA ESPERANCA, emitido em 26/jan/2026 às 16h e 32m.			

<div>Documento assinado digitalmente</div> <div><div><div><div><div>MEGUI BUSSELI DIAS</div><div><small>Data: 26/01/2026 16:40:13-0300</small></div><div><small>Verifique em https://validar.itl.gov.br</small></div></div><div>MEGUI BUSSELI DIAS</div><div>Controle Interno</div></div><div><div><div><div><div>JOSIANI CRISTINA GOMES</div><div><small>Data: 26/01/2026 16:36:53-0300</small></div><div><small>Verifique em https://validar.itl.gov.br</small></div></div><div>Josiani Cristina Gomes</div><div>Contadora - CRC 060505/O</div></div></div></div></div></div>	<div>Assinado de forma digital por SILVANA PIGA MOLINARI:82513015991</div> <div><div><div><div><div>SILVANA PIGA</div><div><small>MOLINARI:82513015991</small></div><div><small>Dados: 2026.01.26 16:34:45 -03'00'</small></div></div><div>SILVANA PIGA MOLINARI</div><div>Diretora Presidente</div></div></div></div>
---	---



PREFEITURA MUNICIPAL DE
PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná

Rua Dona Sinhá, 322 – Jardim Horizonte – CNPJM/F 76.279.959/0001-70

CEP 87.180-000 – Tel.: 44-3135.0810

<

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sinhá, 322 – Jardim Horizonte – CNPJ/MF 76.279.959/0001-70
CEP 87.180-000 – Tel: 44-31350810
E-mail: rhpmpecbranco@hotmail.com.br
www.presidemecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº257/2026

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto do Servidores Públicos Cíveis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr) e considerando a solicitação contida no memorando 05/2026 de 26/01/2026, da Secretaria Municipal de Saúde:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias Remuneradas proporcional de 15(quinze) dias e 1/3 das mesmas a Servidora Pública Municipal, Srª. **VANESSA APARECIDA PACHECO DOS SANTOS**, Mat. 365, ocupante do Cargo Efetivo de **FARMACÊUTICO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/08/2024 a 01/08/2025;

Artigo 2º - A concessão das férias terá início em 02/02/2026 e término em 16/02/2026;

Artigo 3º - Ficam 15(quinze) dias de suas férias para serem usufruídas posteriormente;

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Pres. Castelo Branco, 26 de Janeiro de 2026.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO.

Estado do Paraná
Rua Dona Sinhá, 322 – Jardim Horizonte – CNPJ/MF 76.279.959/0001-70
CEP 87.180-000 – Tel: 44-31350810
E-mail: rhpmpecbranco@hotmail.com.br
www.presidemecastelobranco.pr.gov.br

PORTARIA Nº256/2026

O Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 83, parágrafo único, da Lei Municipal 770/2008 (Estatuto do Servidores Públicos Cíveis do Município de Presidente Castelo Branco-Pr) e considerando a solicitação contida no memorando 05/2026 de 26/01/2026, da Secretaria Municipal de Saúde:

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias Remuneradas proporcional de 15(quinze) dias e 1/3 das mesmas a Servidora Pública Municipal, Srª. **ROSIMEIRE CRISTIANA DOS SANTOS**, Mat. 1139, ocupante do Cargo em Comissão de **ASSESSORA DE DIVISÃO DA SAÚDE**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/01/2025 a 31/12/2025;

Artigo 2º - A concessão das férias terá início em 02/02/2026 e término em 16/02/2026;

Artigo 3º - Ficam 15(quinze) dias de suas férias para serem usufruídas posteriormente;

Artigo 4º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Edifício da Prefeitura Municipal de Pres. Castelo Branco, 26 de Janeiro de 2026.

JOÃO PERICLES MARTINATI
PREFEITO MUNICIPAL

o blog mais cult do Brasil...

dicas de ROBERTH

Conheça em **dicasderobertb.blogspot.com**

Sonhos de verão

A diversidade não pode faltar em nossa coluna e verão e por isso este livro volta a brilhar e mostrar que a vida é feita de grandes aventuras além mar. Venha para o verão cult você também...

Golden Boys
GAROTOS DOURADOS
PHIL STAMPER

Columnista

Robert Fabris é crítico de cinema e artes, Mestre em Letras, arte educador, autor da obra aclamada pela crítica e público O Retorno do Pequeno Príncipe, e da obra prima Xequê Mate, que agrada gregos e troianos, e idealizador do projeto cultural Mundo Geek e do Dicas de Roberth o canal com mais de cinco mil vídeos para você e sua família se divertirem. Para feiras literárias, eventos, livros autografados, palestras, bate papo e lançamentos com o autor e youtuber cultural entre em contato robertfabris@gmail.com

A opinião do columnista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

Investimento de R\$ 8,8 milhões do Estado viabiliza centro de ciência da Unespar no Noroeste

Denominado de Centro de Excelência em Gestão Universitária de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), as obras começaram nesta segunda-feira (26), com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2027. Os recursos são do Fundo Paraná de fomento científico e tecnológico

Foto: Unespar



Investimento do Estado de R\$ 8,8 milhões viabiliza centro de ciência da Unespar no Noroeste

O Governo do Paraná, por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), destinou R\$ 8,8 milhões para a construção de uma nova unidade acadêmica da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), em Paranavaí, na região Noroeste. Denominado de Centro de Excelência em Gestão Universitária de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), as obras começaram nesta segunda-feira (26), com previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2027. Os recursos são do Fundo Paraná de fomento científico e tecnológico.

Segundo o projeto, a edificação terá aproximadamente 3 mil metros, sendo um marco para a consolidação da instituição estadual de ensino superior como polo estratégico de pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento regional sustentável. O objetivo é concentrar, em um ambiente moderno e colaborativo, setores essenciais para o ecossistema de inovação, cujas atividades, atualmente, estão dispersas em diferentes espaços, o que dificulta a integração entre pesquisadores, professores, estudantes e par-

ceiros.

A estrutura abrigará núcleos de gestão de projetos de pesquisa e inovação; ambientes de apoio a grupos de pesquisa e laboratórios; espaços para incubação de startups e empresas juniores; e setores dedicados à coordenação de programas de extensão tecnológica e à formação em gestão da inovação e empreendedorismo científico. A expectativa é integrar ensino, pesquisa, extensão e inovação em um único polo, impulsionando o desenvolvimento e a competitividade produtiva do Noroeste paranaense.

O secretário estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Aldo Nelson Bona, destaca a importância do investimento para fortalecer o ecossistema de CTI. “A nova unidade acadêmica da Unespar materializa uma diretriz estratégica do governo, que é ampliar e modernizar a infraestrutura científica no interior do Estado, descentralizando oportunidades, fomentando a pesquisa aplicada e criando ambientes em que o conhecimento se transforma em desenvolvimento socioeconômico regional”, afirma.

Para a reitora da Unespar, Salete Paulina Machado Sirino, a obra resolve uma demanda histórica e estrutura o futuro da instituição. “Esse novo espaço vai além da construção física, pois representa a consolidação de um ambiente unificado de gestão, onde a produção científica, a inovação e a extensão irão dialogar de forma integrada, para potencializar os projetos, atrair parcerias e qualificar ainda mais a nossa contribuição para o desenvolvimento do Noroeste do Paraná”, explica.

ESTRUTURA – A nova estrutura será implantada em um terreno doado pela Prefeitura de Paranavaí em 2019, nas proximidades do campus da Unespar no município. Além do ecossistema de inovação, a edificação servirá como sede administrativa da universidade, abrigando o gabinete da reitoria. O projeto arquitetônico prioriza a sustentabilidade e será um exemplo de eficiência ambiental, incorporando sistemas de reutilização de água da chuva e geração de energia solar.

A edificação contará com espaços amplos e de multiuso e um leiaute adaptável para

atender às demandas dos diferentes setores da universidade, aliando funcionalidade à integração de ambientes de trabalho e convivência a áreas verdes. Entre as instalações planejadas, está um auditório com capacidade para 100 pessoas, destinado a eventos institucionais e acadêmicos, uma ampla área de estacionamento para diferentes tipos de veículos e quatro acessos distintos, organizando os fluxos de pessoas, serviços e o público do auditório.

IMPACTO ESTRATÉGICO – O Centro de Excelência em Gestão Universitária de CTI da Unespar está totalmente alinhado com as diretrizes da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná (Pecti), que define como eixos a infraestrutura, a formação de capital humano e a integração entre universidades, empresas e sociedade. A iniciativa deve beneficiar diretamente cerca de 2 mil pessoas, entre professores, estudantes, profissionais da carreira técnico administrativa, além de impactar positivamente dezenas de municípios da região.

AEN

Homem é preso em Cruzeiro do Sul por não pagamento de pensão alimentícia

Durante patrulhamento no centro da cidade, polícia constatou mandado de prisão em aberto contra homem de 23 anos, que foi encaminhado à Delegacia de Paracaty

Foto: Ilustrativa/arquivo jornalnoroeste.com

Alex Fernandes França
alexnoroste@hotmail.com

Um homem de 23 anos foi preso na tarde de domingo (25), por volta das 12h, no centro do município de Cruzeiro do Sul, durante patrulhamento de rotina realizado pela equipe policial.

De acordo com as informações repassadas pela polícia, o indivíduo foi abordado para averiguação e, durante a checagem operacional, foi constatado que havia em seu desfavor um

mandado de prisão em aberto pelo não pagamento de pensão alimentícia.

Diante da constatação, o homem recebeu voz de prisão e foi encaminhado à Delegacia de Polícia de Paracaty, onde foram adotadas as providências cabíveis ao caso.

A Polícia Militar reforça que ações de patrulhamento e fiscalização continuam sendo realizadas com o objetivo de garantir a segurança da população e o cumprimento das determinações judiciais.



A Polícia Militar efetuou a prisão do indivíduo após constatar, durante abordagem de rotina, a existência de mandado de prisão em aberto pelo não pagamento de pensão alimentícia

